

**ATA NÚMERO 111/XII/2ª SL**

**19.fevereiro.2013 – 14h30**

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audiência com o Presidente do Senado da Austrália, Senador John Hogg - 14h30**

**5. Audiência com a Federação Nacional de Educação – FNE - 15h30**

**6. Projeto de Lei n.º 338/XII/2ª – BE, Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo.**

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Autor do parecer** – Deputada Maria José Castelo Branco (PSD)

**7. Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"**

- **Discussão em Comissão**

**8. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho "Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura" e "Braga - Capital Europeia da Juventude 2012"**

- **Apreciação e votação**

**9. Nova Metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias**

- **Apreciação**

**10. Petição n.º 237/XII/2ª da iniciativa de António Alves Martinho, que pretendem a continuidade da Fundação Museu do Douro criada pela Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro**

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado Relator:** PSD

**11. Outros assuntos**

**12. Data da próxima reunião**

**Dia 20.fevereiro.2013 - 10h00**

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) solicitou o adiamento do ponto 7 da Ordem do Dia, para a reunião seguinte da Comissão, não se tendo verificado objeções em relação ao adiamento.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### 2. Aprovação de ata

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente comunicou que baixaram à Comissão às seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Resolução n.º 597/XII (PCP) - *Elaboração de um Relatório anual sobre abandono escolar e empréstimos bancários no Ensino Superior*. A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) informou que indicaria mais tarde se a discussão deverá ocorrer na Comissão ou em Plenário.
- Projeto de Resolução n.º 604/XII (PS) - *Recomenda ao Governo a criação de uma Rede de Cinema Digital e o estabelecimento de parcerias com as autarquias locais e os exibidores cinematográficos para a promoção e recuperação de recintos de cinema*. O PS indicou que a iniciativa será discutida no Plenário.

3.2. O Sr. Presidente submeteu à consideração dos presentes a seguinte proposta de atividades a desenvolver entre a Comissão Nacional da UNESCO, a Assembleia da República e o Geoparque Naturtejo:

- Visita da Comissão de Educação, Ciência e Cultura ao Geoparque Naturtejo, Vila Velha de Ródão, no dia 4 de junho de 2013, de acordo com o seguinte programa:
  - Reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura a bordo do comboio Intercidades (IC), com saída de Santa Apolónia às 08h16 e chegada a Vila Velha de Ródão, às 10h42;
  - Durante a viagem de comboio, será feita uma breve apresentação do Fórum Português de Geoparques e do Geopark Naturtejo, assim como dos projetos educativos em curso no território;
  - Passeio de barco ao Monumento Natural das Portas de Ródão, em Vila Velha de Ródão;
  - Almoço no restaurante Vale Mourão, na aldeia de Foz do Cobrão;
  - Visita ao Centro de Ciência Viva da Floresta, em Proença-a-Nova, e participação num colóquio, aberto ao público, a organizar com as escolas da região ou seus representantes, para exploração de um tema a definir no contexto do Geopark Naturtejo.
  - Regresso a Lisboa, no comboio IC às 15h49 e chegada a Lisboa às 18h35.

Não se registaram observações em relação a esta proposta.

3.3. O Sr. Presidente referiu-se à próxima edição do Café de Ciência, tendo o mesmo sido agendado para o dia 17 de abril, sobre a temática do Espaço.

- 3.4. Informou ainda que a visita ao Instituto Pedro Nunes (Coimbra), no âmbito do Programa para a Ciência, terá lugar no dia 25 de fevereiro, das 11h00 às 13h00, incluindo a mesma uma visita à incubadora de empresas e às instalações do Instituto e uma reunião com a direção. Prevê-se que participem na visita os Deputados Elza Pais (relatora da Ciência), Nilza de Sena (PSD), Miguel Tiago (PCP) e os deputados do círculo Ana Oliveira (PSD) e Rui Pedro Duarte (PS).
- 3.5. O Sr. Presidente recordou que a audição dos Presidentes dos Laboratórios de Estado terá lugar no dia 27 de fevereiro, às 10h00. Transmitiu ainda que o Presidente do Instituto de Medicina Tropical, Professor Braga de Macedo, informou que o professor belga Jean Pierre Contzen estará em Lisboa no dia 27 e propôs que o mesmo fosse ouvido naquele âmbito. Foi deliberado incluir o professor Contzen no alinhamento da audição e providenciar interpretação.
- 3.6. Referiu-se aos relatórios de audiências concedidas às seguintes entidades: M.<sup>a</sup> Carmo Vieira, Vasco Graça Moura e Nuno Pacheco (GT/Acordo Ortográfico), João Roques Dias, Virgílio Páscoa Machado e Rui Miguel Duarte (GT/Acordo Ortográfico) e Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), não se tendo registado quaisquer observações em relação aos mesmos.

#### 4. Audiência com o Presidente do Senado da Austrália, Senador John Hogg

O Sr. Presidente do Senado agradeceu a calorosa receção e manifestou interesse em conhecer a posição dos diferentes Grupos Parlamentares relativamente à questão da gestão das estruturas culturais, nomeadamente no que se refere à conservação do património antigo e recente e sua adaptação às novas tecnologias e à questão da segurança.

O Sr. Presidente da Comissão referiu-se ao edifício da Assembleia da República e aos cuidados de preservação da sua arquitetura, na recente modernização de que foi alvo, que seguiram, aliás, a orientação para os edifícios do Estado que carecem de adaptação aos tempos modernos. Relativamente à segurança, referiu que é efetuado um controlo normal de entradas, quer para os que aqui trabalham, quer para os visitantes.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) referiu-se aos tempos difíceis que o País atravessa e aos cortes que daí advieram, em várias áreas, incluindo a Educação e a Cultura, que exigem um grande esforço de todos.

O Sr. Presidente do Senado colocou algumas questões, designadamente sobre a forma como é feita a priorização dos cortes, sobre o seu impacto e questionou ainda se os cortes incidem sobre projetos, sobre pessoal administrativo ou sobre pessoal especializado.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) afirmou que se registou uma diminuição das despesas de funcionamento das instituições, decorrente da fusão/agregação de serviços, e que permitiu a canalização de verbas para outras áreas. Esclareceu que os cortes foram transversais, atingindo alguns projetos, tendo, no entanto, existido um esforço de manutenção dos peritos. Referiu ainda que Portugal é rico em património, cujos apoios resultam de parcerias entre o poder central, o local e os privados. Fez, por último, alusão às escolas de referência que existem em Portugal, na área do *design*, e que permitem intervenções de qualidade nos nossos edifícios arquitetónicos.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) fez uma breve contextualização da situação de Portugal, no que à preservação do património diz respeito, referindo que tradicionalmente depende do apoio do Estado e menos da participação de privados e mecenas. Assim, considerou que, no atual momento de austeridade, em que as cautelas deveriam ser maiores, os cortes registados na área da Cultura foram devastadores, tendo os mesmos começado pela extinção do Ministério da Cultura. Referiu-se à falta de apoios na criação artística, que tem

comprometido muitas atividades culturais por todo o País, e à enorme dificuldade, que se arrasta há anos, de efetuar intervenções estruturais no património, que é muito. Por último, fez alusão aos problemas de financiamento das Fundações, decorrentes dos cortes, e à indisponibilidade financeira para explorar a vertente arquitetónica do Palácio de S. Bento.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se ao Palácio de S. Bento, como eixo de apresentação de livros, filmes, exposições e outras manifestações culturais, que integrou os meios tecnológicos modernos e adequados ao trabalho dos Deputados. Fez ainda alusão à designação, na Comissão, de um relator para acompanhamento da temática da Avaliação Tecnológica Parlamentar. Por último, deu conta da organização do Parlamento e da forma de trabalho dos Deputados, que se deslocam semanalmente ao círculo eleitoral pelo qual foram eleitos.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que a crise é apresentada, sistematicamente, como desculpa para o desinvestimento na área da Cultura, lembrando que o direito à Cultura está consagrado na Constituição. Afirmou que em 2012, o orçamento para o apoio às artes era de 15M € e em 2013 passou para 10M €, o que gerou desemprego entre os profissionais das artes e o encerramento de muitas companhias e instituições ligadas à criação cultural. Defendeu ainda a necessidade de não deixar cair a memória histórica e referiu-se às visitas de crianças e jovens ao Palácio de S. Bento, como espaço arquitetónico e de cultura.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) referiu-se à forma exemplar como foi recebido em Camberra, onde já esteve duas vezes. Fez referência à necessidade de inovar, preservando a memória histórica e a raiz cultural. Considerou que os cortes registados na área da Cultura terão impactos negativos, a longo prazo, incluindo na área do turismo.

Por último, o Sr. Presidente da Comissão fez referência às Pousadas de Portugal, que constituem um exemplo de recuperação de monumentos para fins turísticos.

A audiência foi gravada em registo áudio, encontrando-se a gravação disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

## 5. Audiência com a Federação Nacional de Educação – FNE

Em representação da Federação Nacional de Educação (FNE), estiveram presentes: João Dias da Silva (Secretário-geral); José Ricardo Nunes (Vice-Secretário geral); Lucinda Manuela Dâmaso (Vice-Secretária geral); Conceição Alves Pinto (Vice-Secretária geral) e Josefa Lopes (Secretária Nacional).

O Secretário geral da FNE expôs as preocupações que motivaram o pedido de audiência à Comissão, que constam de [Resolução aprovada pelo Secretariado Nacional](#) e que, em suma, se apresentam:

- As soluções a tomar relativamente ao futuro da Educação e da Formação, no que se refere ao seu papel, lugar e dimensão, exigem um amplo consenso social, para que possam ser exequíveis e duradouras, pelo que se torna necessário que resultem de um grande debate nacional;
- Discordam de vários documentos orientadores das políticas mais recentemente desenvolvidas em Portugal, destacando o relatório que o FMI recentemente elaborou, como contributo para uma redução estrutural da despesa pública que tenha um efeito quantitativo na ordem dos 4100 milhões de euros;
- O Estado não pode desresponsabilizar-se da sua missão e dos seus objetivos de formação e educação para todos;
- É fundamental a dignificação e a valorização dos profissionais do setor;

- Reconhecem a necessidade de se promover um amplo debate público, com o envolvimento de todos os parceiros, estando disponíveis para participar nesse debate, do qual deve resultar um solução consensual e mobilizadora;
- Torna-se imperioso o investimento numa alargada educação para a infância e o reforço da importância do 1º ciclo de escolaridade como fatores de redução de dificuldades escolares futuras;
- Considera que a garantia da equidade do sistema educativo pressupõe a promoção de condições que permitam que as escolas apoiem todos os alunos no seu percurso escolar, de forma que todos atinjam níveis de sucesso que lhes permitam uma plena integração na sociedade como adultos ativos, responsáveis, críticos, o que significa a adoção de medidas complementares adequadas ao nível da educação especial.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) disse concordar com algumas das questões que constam da Resolução, como sejam a autonomia, os percursos diferenciados e as respostas baseadas nos alunos. Relativamente à reforma do Estado Social, considerou inevitável que a mesma inclua a área da Educação e congratulou-se com a disponibilidade manifestada pela FNE para participar no debate, que não deverá ocorrer em circuito fechado.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) elogiou a postura da FNE, por apresentar propostas concretas e não se limitar a fazer denúncias, e sublinhou o papel que poderá vir a ter no debate público sobre o Estado Social.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) destacou o papel que a FNE tem tido, enquanto plataforma na discussão das matérias da educação, e manifestou as suas preocupações em relação ao estado da educação e do sistema de ensino. Referiu-se ainda ao relatório do FMI, entendendo que parte de pressupostos que não traduzem a realidade portuguesa e que pretende apenas efetuar mais cortes.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou preocupante o ataque à escola pública de qualidade, entendendo que esta é inseparável do respeito e da valorização dos seus profissionais, pelo que têm de ser garantidas condições de dignidade. Lembrou ainda o papel do Estado na Educação, que está consagrado na Constituição.

Numa intervenção final, os representantes da FNE destacaram o papel da autonomia e da responsabilidade na valorização dos profissionais, que devem centrar a sua ação na essência da sua missão, que é o trabalho com os alunos. Por último, defenderam que as reformas exigem tempo e o envolvimento e a mobilização da sociedade e não devem ser confundidas com cortes.

A audiência foi gravada em registo áudio, encontrando-se a gravação disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

**6. Projeto de Lei n.º 338/XII/2ª – BE,** Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) apresentou o parecer.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), que afirmou discordar dos fundamentos apresentados na Nota Técnica, no que se refere aos custos que poderão estar associados à aprovação da iniciativa e que poderão ferir a chamada “lei travão, entendendo que não se aplicam a esta iniciativa, que decorre de uma ilegalidade e procura pôr fim a uma discriminação negativa em relação a uma categoria profissional. Perguntou ainda onde está a cabimentação para as cerca de 600 vagas abertas no recente concurso extraordinário de vinculação de professores.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) anunciou o voto favorável do PS em relação a esta iniciativa, mas considerou que este Projeto de Lei implica um aumento de custos e que aos professores não se aplica o Código do Trabalho.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) chamou a atenção para a necessidade de se fazer cumprir e respeitar os direitos dos trabalhadores, entendendo que deverá aplicar-se aos professores os mesmos princípios que se aplica a qualquer categoria da Administração Pública, pese embora não se aplique o Código do Trabalho.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que o que está em causa é saber se a Assembleia da República pode ou não proceder, efetivamente, a um aumento de despesa, pelo que importa demonstrar que esta iniciativa não implica aumento de custos.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**7. Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"**

Adiado.

**8. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho "Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura" e "Braga - Capital Europeia da Juventude 2012"**

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) apresentou o relatório final do Grupo de Trabalho.

Interviu, seguidamente, o Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD), que considerou positiva a criação do Grupo de Trabalho, que permitiu o acompanhamento dos dois eventos e possibilitou um maior envolvimento dos Deputados.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**9. Nova Metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias**

O Sr. Presidente fez referência à nova metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, aprovada na Comissão de Assuntos Europeus, considerando que a simplificação que é proposta vem na linha da metodologia já adotada na CECC, que prevê a apreciação liminar. Chamou ainda a atenção para a necessidade de a Comissão poder escrutinar, pelo menos no primeiro ano, iniciativas que considere relevantes e que não constem do Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE) ou que não tenham sido identificadas como prioritárias no início do ano.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) chamou a atenção para a conveniência de a Comissão escrutinar, com o maior rigor possível, as suas prioridades no início do ano. Lembrou ainda que a utilidade da pronúncia, por parte da Assembleia da República, depende, em grande parte, do prazo em que a mesma é efetuada, sendo desejável que ocorra na fase embrionária da iniciativa. Considerou ainda que as comissões especializadas deverão concentrar-se, sobretudo, no conteúdo da iniciativa, sendo que a CAE se debruçará sobre o princípio da subsidiariedade.

O Sr. Presidente da Comissão chamou a atenção para a necessidade de o relator do PTCE, em articulação com a CAE, se necessário, e contando com os Deputados da CECC, proceder a uma seleção mais focada das iniciativas a escrutinar. Foi ainda deliberado propor à CAE a possibilidade de, pelo menos nesta primeira fase, serem escrutinadas iniciativas não

selecionadas a partir do PTCE, mas que a Comissão, num determinado momento, considere relevantes.

O Sr. Presidente da Comissão sugeriu ainda que os Deputados sejam alertados, sempre que algum outro parlamento suscite a questão do princípio de subsidiariedade.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou importante garantir a possibilidade de a Comissão poder escrutinar, em qualquer momento, e não apenas neste primeiro ano, todas as iniciativas que considere relevantes.

Por último, o Sr. Presidente referiu que foi distribuído o Programa de Trabalho da Comissão Europeia, encontrando-se agendada, para o dia 5 março, uma audição com o Vice-Presidente Comissão Europeia, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, deputados das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e deputados ao Parlamento Europeu. Informou ainda que a Comissão deverá informar a CAE, até 20 de março, das iniciativas sobre as quais pretende pronunciar-se este ano. Caberá ao PCP a indicação do relator que elaborará o parecer.

**10. Petição n.º 237/XII/2ª da iniciativa de António Alves Martinho, que pretendem a continuidade da Fundação Museu do Douro criada pela Lei n.º 125/97, de 2 de Dezembro**

A Comissão procedeu à apreciação da nota de admissibilidade, tendo a Petição sido admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabe ao PSD a elaboração do relatório.

#### **11. Outros assuntos**

#### **12. Data da próxima reunião**

**Dia 20.fevereiro.2013 - 10h00**

A reunião foi encerrada às 18:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de fevereiro 2013

**O PRESIDENTE**

**(Ribeiro e Castro)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Emília Santos  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Luís Fazenda  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Maria João Ávila  
Maria Manuela Tender  
Nuno Encarnação  
Rosa Arezes  
Ana Catarina Mendes  
Gabriela Canavilhas  
Rita Rato  
Catarina Martins  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Pedro Delgado Alves  
Rui Pedro Duarte  
Ana Oliveira  
João Prata

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rui Jorge Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Tiago  
Heloísa Apolónia  
Margarida Almeida